

**Senadores, intelectuais e organizações lançam manifesto contra arrocho fiscal da Dilma. É hora de adensar a oposição de esquerda ao Governo.**

Vem em boa hora o manifesto de senadores de diversos partidos, intelectuais e organizações dos movimentos sociais contra o aperto fiscal do Governo. O desequilíbrio nas contas públicas provocado pelas barbeiragens fiscais do primeiro mandato da Dilma – que já vínhamos criticando desde 2013 - de fato exige um ajuste neste momento.

O problema é que, como já dizíamos em documento de meados de janeiro deste ano, “a primeira medida do ajuste foi a restrição do acesso ao seguro-desemprego e a benefícios previdenciários de pensionistas e pescadores [as MPs em vias de serem votadas no Senado e que foram o estopim pro manifesto lançado no último dia 20 dizem respeito a isso], justamente num momento em que se renuncia a redução do emprego e o aumento das demissões. Ou seja, Dilma faz no início de seu segundo mandato justamente aquilo que ela dizia que seus adversários iriam fazer. Ao mesmo tempo, o Banco Central eleva a taxa básica de juros, e aponta para novas elevações no próximo período, apertando ao mesmo tempo as políticas fiscal e monetária, encarecendo a dívida pública e aumentando os ganhos dos banqueiros e dos rentistas, numa política concentradora de renda.

Não negamos a necessidade de um ajuste fiscal, dada a crise internacional e os desacertos da política econômica do primeiro governo Dilma. Mas defendemos que os ricos paguem as contas desse ajuste. Que se revertam as desonerações fiscais, sem critério e sem estarem inseridas em uma política mais geral de desenvolvimento, dadas a grandes empresas que não investem em inovação e não têm capacidade de enfrentar concorrentes externos. Que se faça uma reforma tributária desconcentradora, que taxe as maiores rendas e o capital rentista. E que não se mexa nos direitos dos trabalhadores e no financiamento das políticas públicas para aqueles que mais precisam”.

O manifesto lançado na última quarta-feira, de um modo geral, vai no mesmo sentido do que já dizíamos. São os mais ricos que devem pagar a conta do ajuste fiscal.

Se quisesse colocar a economia nos trilhos e aprofundar o processo de distribuição de riqueza ocorrido na última década, Dilma deveria, ao mesmo tempo em que faz um ajuste nas contas públicas, realizar um reforma tributária que instaurasse um sistema progressivo no País (os mais ricos pagarem proporcionalmente mais impostos) e implementar um projeto estruturante de desenvolvimento nacional para médio e longo prazos, abandonando a visão curtoprazista da política econômica. Ocorre que ela não fez isso em seu primeiro mandato, e não acreditamos que fará no segundo. Por isso, o próximo passo dos senadores, intelectuais e organizações do movimento social signatários do manifesto do último dia 20 deveria ser, para aqueles que ainda não o fizeram, colocar-se na oposição ao Governo Dilma.

## **Reforma Política: não ao voto majoritário para o Legislativo**

O debate em torno da reforma política no Brasil ganha as páginas dos jornais e avança no Congresso Nacional. A comissão especial sobre o tema na Câmara já tem um relatório para ser votado, de autoria do deputado Marcelo Castro. Ainda que a contragosto, o relator incluiu a adoção do chamado Distritão na eleição dos representantes nas casas legislativas nos três níveis federativos (municípios, estados e União). Seria a proposta com o maior número de apoiadores entre os deputados. Ela é defendida pelo PMDB do Vice-Presidente da República Michel Temer e do Presidente da Câmara, Eduardo Cunha.

Já a Comissão de Constituição e Justiça aprovou recentemente proposta do Senador José Serra estabelecendo o voto distrital para vereadores em municípios com mais de 200 mil eleitores. Tanto o Distritão quanto o sistema distrital tradicional são sistemas de voto majoritário para o Legislativo.

Como se vê, a tese do voto majoritário nas eleições para as casas parlamentares tem adeptos de peso. Costumam argumentar que é um sistema de mais fácil compreensão pelo eleitorado, e que acabaria com as distorções de representantes eleitos com uma pequena quantidade de votos, pegando carona em votações estupendas de puxadores de legenda (o exemplo sempre citado é o do Tiririca em São Paulo).

Os dois argumentos possuem forte apelo popular, e precisam ser desconstruídos com a exposição das mazelas do sistema majoritário nas eleições parlamentares.

Em primeiro lugar, são as eleições proporcionais para o Parlamento que podem garantir o espaço no Legislativo para as diversas posições políticas existentes no eleitorado, em proporções aproximadas às existentes na sociedade. É, portanto, o sistema mais democrático de eleição parlamentar, pois preserva a representação das minorias. Não à toa, sua instalação no Brasil, em 1945, coincide com a modernização da sociedade brasileira, em contraposição ao modelo social marcadamente oligárquico existente até a década de 30, quando o sistema de votação parlamentar era majoritário. Logo, dar ares modernizantes ao modelo do voto distrital é ignorar o fato de que ele já existiu no País, justamente em convivência harmoniosa com o arcaico modelo da Política do Café com Leite.

Um outro problema do voto majoritário é a possibilidade de manipulação na definição dos distritos onde ocorreriam as eleições. Em não se chegando a um acordo sobre essas delimitações, o jeito seria transformar os estados em grandes distritos. É essa a proposta apelidada de “Distritão”. Esse modelo, em que estados ou unidades federativas correlatas funcionam como um grande distrito eleitoral, é utilizado apenas na Jordânia, no Afeganistão e na pequena Vanuatu, uma ilha localizada no Oceano Pacífico, com 208 mil eleitores. Segundo o cientista político Jairo Nicolau, professor da UFRJ, o Japão abandonou a versão nipônica do “Distritão” em 1993, por ter sido esse sistema responsabilizado pela crise institucional que se abateu sobre o país oriental em 1992. Para Nicolau, dois efeitos parecem inevitáveis caso este sistema seja adotado no Brasil: enfraquecimento dos partidos e aumento do custo de campanhas.

E esses são justamente os dois pontos que devem ser atacados pela Reforma Política: é preciso fortalecer os partidos políticos e suas identidades junto ao eleitorado, e é necessário baratear o

custo das campanhas eleitorais, viabilizando o seu financiamento público e atacando a influência do poder econômico nas eleições e a corrupção estrutural de nosso sistema eleitoral.

O voto proporcional em lista fechada é o que melhor aponta para o fortalecimento das siglas partidárias e a despersonalização do voto, que passaria a ser baseado na identidade programática ou ideológica do eleitor com os partidos, dando fim às legendas de aluguel. Nesse mesmo sentido, é preciso que a legislação eleitoral estabeleça regras rigorosas que garantam a fidelidade partidária, já que claramente, nesse sistema, o eleitor vota no partido e não no parlamentar. É necessário que esses mecanismos de fidelidade partidária sejam estabelecidos pela lei, para que o Judiciário não tenha mais que interferir neste assunto. Também por conta disso, perdem sentido as coligações proporcionais.

É também esse o sistema que viabiliza o financiamento público de campanha, já que os gastos eleitorais de campanhas unificadas de cada partido seriam certamente menores, e seria muito mais simples a fiscalização, pela Justiça Eleitoral, das campanhas de uma dúzia de partidos do que de dezenas de milhares de candidatos. Com o financiamento público, diminui o poder de interferência eleitoral de grandes empreiteiras, entidades financeiras e coisas do tipo, que usam a necessidade de financiamento privado de campanhas como porteira de entrada para o recebimento de benesses de governos e para a corrupção de governantes e legisladores. É claro que o financiamento público por si só não acabará com a corrupção ou a influência política das grandes empresas e entidades financeiras. Mas esses elementos deixarão de fazer parte da estrutura mesma do nosso sistema eleitoral.

A principal crítica que se faz ao voto em lista é de que ele fortaleceria o poder das direções partidárias (que organizariam e ordenariam a lista) em detrimento da capacidade de escolha do eleitor. A isso, devemos responder com o estabelecimento, pela nova legislação eleitoral, de parâmetros democráticos a serem seguidos pelos partidos na organização de suas listas (sistemas de prévias, primárias, eleições de delegados pela base etc.). E com o argumento balizador do novo sistema, de que mais importante do que votar em nomes – que poucos meses depois são esquecidos pelos eleitores, como demonstram inúmeras pesquisas – é o eleitor votar em programas partidários que mais se afinem com sua visão de mundo.

### **Defesa Nacional à míngua**

Os jornais noticiam que os cortes no orçamento do Ministério da Defesa chegam a 25% das despesas de custeio e investimentos. Se já vinha contando com poucas verbas, agora não terá praticamente mais nenhuma, paralisando projetos e precarizando a manutenção do que já estava funcionando. O desleixo do Governo Dilma com a Defesa Nacional é sintoma claro da falta de visão estratégica e de um projeto de desenvolvimento. Mostra, na prática, que o discurso de “soberania nacional” empregado no debate sobre o petróleo não passa de retórica eleitoral. Pois como fica a defesa do pré-sal? Isso pra não falar da Amazônia, ainda mais importante, por toda sua biodiversidade e por seu sistema hídrico, desguarnecida em terra e no ar (cadê o investimento no programa de monitoramento da Floresta via satélites nacionais?).

Além disso, investir em Defesa Nacional significa desenvolvimento tecnológico, que pode ser posteriormente aplicado em outros setores da economia. Mas o Governo parece não se importar com isso.

Pra completar, além de expor a falta de visão estratégica de desenvolvimento, o tamanho nos cortes do orçamento do Ministério da Defesa é um erro político grave, pois provoca insatisfação nas Forças Armadas justamente num momento de instabilidade política por que passa o País.

Mais uma bola fora da Dilma.